



A CENSURA VELADA: COMO A REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMPROMETERIA O SUORTE ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES NATURAIS

Autor(res)

Kenio Barbosa De Rezende
Eric Zander Pereira De Mesquita

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

As redes sociais têm demonstrado ser fundamentais para a mobilização e apoio às vítimas de catástrofes naturais, oferecendo uma alternativa ágil em contraste com a lentidão burocrática estatal. Este artigo examina as implicações das propostas de regulamentação dessas plataformas, enfatizando a necessidade de preservar a internet como um espaço de liberdade e atuação cidadã.

Objetivo

Analisar criticamente todas as propostas de regulamentação das redes sociais, destacando como poderiam comprometer o suporte às vítimas de desastres naturais no Brasil, com foco no recente caso do Rio Grande do Sul.

Material e Métodos

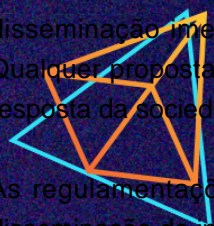
A abordagem deste artigo é empírica, baseando-se na análise dos eventos atuais relacionados ao uso das redes sociais durante as chuvas no Rio Grande do Sul. Esta análise busca destacar como a liberdade nas redes sociais tem sido crucial para a organização de respostas rápidas e efetivas em emergências, e como a regulamentação das redes sociais poderia impactar negativamente essa dinâmica humanitária.

Resultados e Discussão

As redes sociais têm desempenhado um papel crítico em facilitar uma resposta rápida e eficaz às catástrofes naturais, como visto recentemente nas enchentes no Rio Grande do Sul. A liberdade dessas plataformas permite a disseminação imediata de informações vitais e a coordenação de esforços de resgate e ajuda humanitária. Qualquer proposta de regulamentação que restrinja essa liberdade comprometeria seriamente a capacidade de resposta da sociedade em momentos de urgência.

As regulamentações, ao imporem limites na operação das redes sociais, poderiam não apenas retardar a disseminação de informações críticas, mas também suprir a mobilização voluntária que muitas vezes suplementa ou até substitui a resposta governamental. A agilidade das redes contrasta marcadamente com a lentidão burocrática estatal, ressaltando o valor inestimável da comunicação desimpedida em tempos de crise.

3ª MOSTRA
CIENTÍFICA





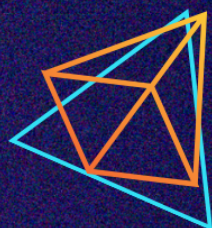
Conclusão

As tentativas de regulamentar as redes sociais, independentemente de suas justificativas, devem ser categoricamente rejeitadas. Essas propostas, ao tentarem impor controles sobre as plataformas, ameaçam a liberdade de expressão e a eficácia da mobilização social necessária em tempos de crise. A experiência em situações de desastres naturais, como as chuvas no Rio Grande do Sul, e a evidência empírica demonstram claramente que as redes sociais muitas vezes preenchem lacunas deixadas pela atuação governamental. A rejeição de qualquer forma de regulamentação é essencial para garantir apoio.

Referências

- Constituição Federal de 1988.
- Gazeta do Povo. Medidas para regulamentar redes sociais avançam em Brasília; especialistas temem censura. Metrópoles. Redes sociais: o que os democratas querem é censura política.
- Revista Oeste. Moraes anuncia projeto de regulamentação das redes sociais.
- Gazeta do Povo. Proposta do novo Código Civil inclui regulação da internet brasileira com padrão Moraes.
- Gazeta do Povo. A regulação das redes sociais ou como mascarar o retorno da censura.
- Gazeta do Povo. STF se tornou o regulador de fato das redes sociais do Brasil, diz The Economist.
- O Globo. Rede solidária: veja os famosos que lideram apoio ao Rio Grande do Sul.
- Governo do Brasil. Ministro e atletas mobilizam as redes sociais para ajudar as vítimas da enchente no Rio Grande do Sul.
- Veja. RS: A mobilização para resgatar milhares de animais em meio ao desastre.
- Governo de São Paulo. Governo de SP incentiva campanha de arrecadação às vítimas do RS.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera